Fôlego de 15 dias

Fotos: Carlos Moura

ESTUDANTES DA UNB FAZEM PROTESTO DENTRO DO SENADO

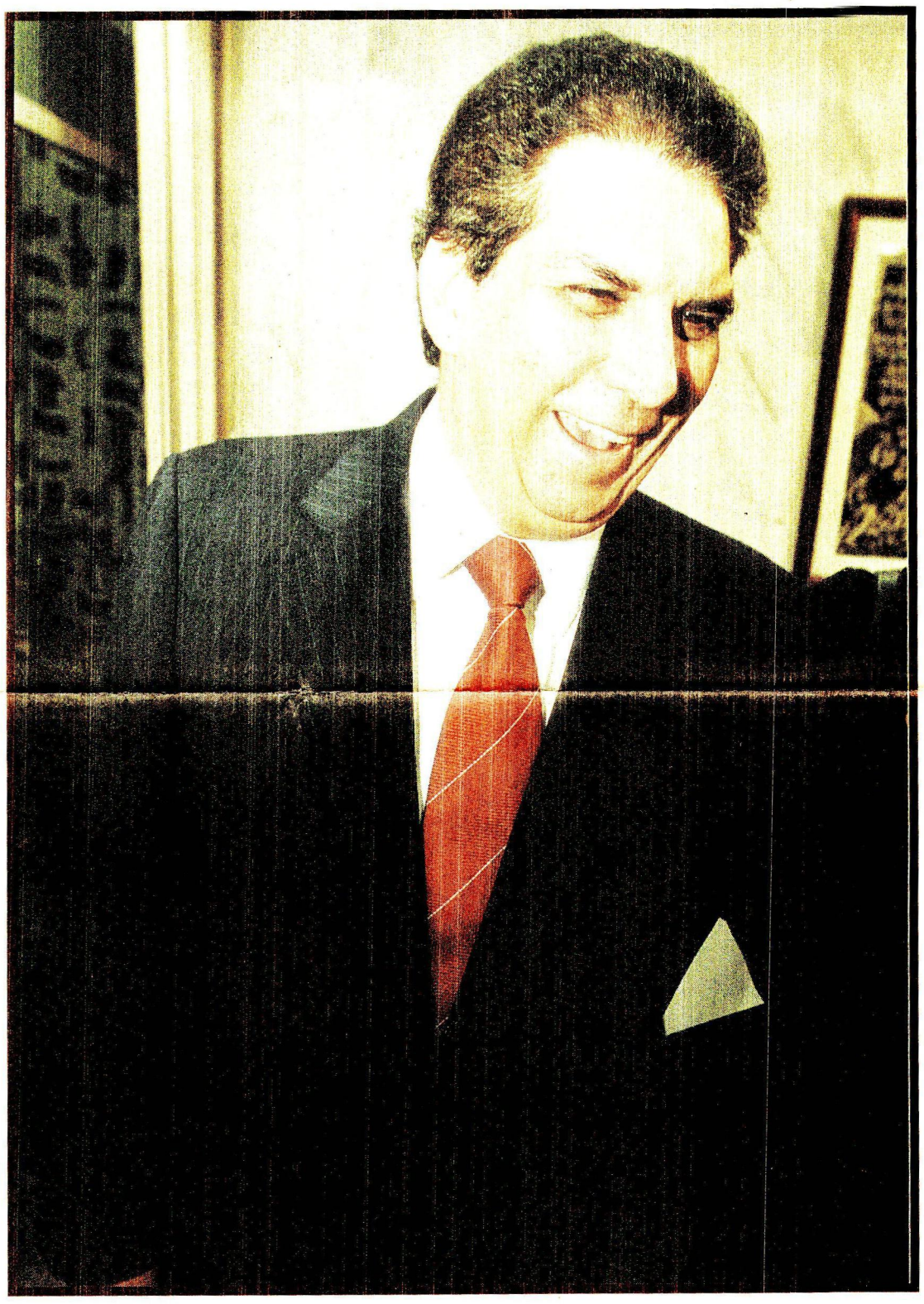
Denise Rothenburg e Daniela Nahass
Da equipe do **Correio**

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-AP), tirou os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) do cadafalso. Até ontem, os dois tinham menos de 48 horas para tomar a decisão mais importante de suas vidas: ou renunciarem ao mandato ou seguirem sob risco de perdê-lo e não poder se candidatar a nenhum cargo eletivo por oito anos. Ontem, ganharam tempo. Um tempo precioso para tentar convencer os senadores a aplicar uma pena intermediária no caso da violação do painel eletrônico, que não seja a cassação do mandato proposta pelo relatório de Saturnino Braga (PSB), a ser votado hoje no Conselho de Ética e que deve ser aprovado. Se a Mesa do Senado usar todo o prazo que foi concedido, o relatório será votado no dia 13 de junho, véspera do feriado de Corpus Christi.

Jader anunciou que, na etapa seguinte à votação do relatório de Saturnino hoje no Conselho de Ética, a Mesa Diretora terá até 15 dias úteis para analisar o caso e decidir se faz uma representação pedindo a abertura de processo contra Antonio Carlos e Arruda ou arquiva o caso. Até ontem, a expectativa entre os senadores era a de que os integrantes da Mesa Diretora decidiriam em 24 horas. Antonio Carlos já trabalhava inclusive com a hipótese de renunciar hoje mesmo em Salvador. Arruda estava deprimido. Agora, no novo prazo que ganharam, poderá haver inclusive mudança dos conselheiros que vão analisar o caso. No dia 31 de junho, termina o mandato dos atuais membros do Conselho. Novos senadores poderão ser escolhidos para concluir o processo. Essa é uma hipótese, porém, que o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), rejeita. De acordo com ele, caso o processo se estenda para depois do mandato dos atuais conselheiros, os mandatos serão prorrogados.

Alguns senadores viram no prazo concedido uma demonstração de trégua na guerra entre Antonio Carlos e Jader. "Esses 15 dias cheiram mal. Cheiram a acordão. Não estou afirmando que haja um acordão entre Jader, ACM e Arruda, mas que isso cheira mal, cheira", disse o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). "Estou torcendo para que não se crie uma consciência na população de que esteja havendo um acordão", completou. Suplente de Arruda no Conselho de Ética e visto como voto certo em favor do parecer de Saturnino, Paes de Barros lembrou que, no processo que resultou na perda do mandato de Luiz Estevão (-PMDB-DF), a Mesa decidiu em 24 horas. Antonio Carlos, presidente à época, nem sequer reuniu seus integrantes para remeter o caso ao Conselho. "É inaceitável que se tenha dado 24 horas a Luiz Estevão e 15 dias a ACM", disse o senador matogrossense. Ontem, um grupo de estudantes com nariz de palhaço conseguiu entrar no Senado e, em frente do plenário, mostrou cartazes pela cassação de ACM e Arruda e pela CPI da Corrupção.

> "ESSES 15 DIAS CHEIRAM MAL. CHEIRAM A ACORDÃO. NÃO ESTOU AFIRMANDO QUE HAJA UM ACORDÃO ENTRE JADER, ACM E ARRUDA, MAS QUE ISSO CHEIRA MAL, CHEIRA"
>
> **SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)**



JADER OUVE ADVOGADA-GERAL DO SENADO E DECIDE DAR UM PRAZO MAIOR PARA QUE A MESA DIRETORA SE PRONUNCIE

Jader tratou de evitar que sua atitude fosse vista como o tal "acordão" citado por Paes de Barros. Disse que seguiu "estritamente o regimento interno do Senado". Ele pediu um parecer conjunto à advogada-geral do Senado, Josefina Valle Pinha, e ao consultor-geral da Casa, Dirceu Teixeira de Matos. O prazo máximo de 15 dias está previsto nesse parecer: "Na falta de norma específica quanto ao prazo de deliberação para a Mesa, deve-se recorrer à regra geral prevista no artigo 118, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal", diz o texto, referindo-se ao artigo que fixa os prazos para as comissões técnicas deliberarem a respeito de proposições em geral.

"Estamos fazendo história. Qualquer regra seguida agora poderá ser usada em outros episódios. Não estou definindo o destino de ninguém. É o Conselho de Ética que decidirá a questão", disse Jader. Como presidente do Senado, ele tem tomado todo o cuidado para que suas atitudes não soem como vingança contra ACM. A amigos, ele diz acreditar que o destino de Antonio Carlos e Arruda está selado, garante que não há espaço para acordo, mas que não quer passar a idéia de que apertou a corda no pescoço de ninguém. Segundo seus amigos, ele quer marcar a diferença de comportamento entre ele e o próprio Antonio Carlos, que não levou 15 dias para analisar o caso de Estevão. De quebra, deseja ainda evitar que o Senado tome decisões desse tipo em rito sumário. Afinal, nunca se sabe quem será julgado amanhã.

Assim que o relatório preliminar do Conselho chegar às suas mãos, Jader convocará uma reunião dos sete membros da Mesa Diretora para designar o relator — que deve ser o primeiro-secretário Carlos Wilson (PS) — e começar a correr os prazos. Carlos Wilson tanto pode apresentar seu relatório em 24 horas como usar os sete dias úteis que Jader lhe concederá — metade do prazo previsto no regimento interno. Nessa etapa, Antonio Carlos e Arruda não serão ouvidos, poderão no máximo mandar memoriais para os senadores. A votação será aberta e, se a decisão for pela cassação dos dois, o caso volta para o Conselho de Ética. A consultoria do Senado entende que eles podem renunciar até a meia-noite do dia em que for remetido ao Conselho.

CRITÉRIOS TÉCNICOS

Esse entendimento, no entanto, não é unânime no Congresso. O líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (PT-BA), contesta: "O presidente do Senado diz que tomou a decisão com base em critérios técnicos. Mas nós também temos análise técnica, de juristas, demonstrando que o prazo para a renúncia termina no momento da leitura e aprovação do relatório pelo Conselho de Ética do Senado". Segundo o jurista Gofredo Silva Telles, essa interpretação é a correta. "No momento em que o relatório for enviado à Mesa, o processo já estará correndo". O início do processo, portanto, seria o momento em que o conselho de ética envia o relatório aprovado à mesa e não o momento em que a Mesa remete novamente ao Conselho.

Enquanto o relógio corre devagar, ACM e Arruda buscam votos. O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), dá uma declaração enigmática sobre o caso: "O PMDB não vai partidarizar. Os senadores vão votar com suas consciências. Acima de tudo está o Senado. Até para que os juízes de hoje não sejam réus amanhã'.